Campanha pelo Nome Social é lançada pela Prefeitura, no Dia da Visibilidade Trans

29/01/2019 18:26:00

A Prefeitura do Rio, por meio da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual (CEDS-Rio) e da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), lançou na tarde desta terça-feira, no Palácio da Cidade, (29/01) - Dia de Visibilidade Trans - a campanha "Nome Social", para chamar atenção para o direito ao uso do nome social por pessoas transexuais e travestis, em todas as unidades de saúde do município do Rio. O direito é assegurado pela Lei Municipal 6.329/2018, que garante o reconhecimento da identidade de gênero pelo Nome Social nos órgãos municipais.

Distribuição da Campanha

A campanha contará com material gráfico (cartazes) exposto nas unidades de saúde, alertando sobre o direito garantido na lei. Também haverá distribuição das peças da campanha pelas redes sociais e em mobiliário urbano, como nos relógios digitais instalados nas ruas da cidade. O material destaca ainda o canal LGBT, que foi aberto pela CEDS-Rio em parceria com a Central 1746, para tirar dúvidas e orientar a população LGBT. Pelo canal é possível buscar informações e fazer denúncias de casos de LGBTfobia no município do Rio.

- O serviço público de saúde é direito de qualquer cidadão. O uso do nome social pela população trans é uma garantia em lei e a campanha vai reforçar com os profissionais de saúde o acolhimento e o respeito a quem desejar ser identificado com o nome social- afirma a secretária municipal de Saúde, Beatriz Busch.

-Reconhecer a identidade de gênero das pessoas transexuais e travestis é oferecer dignidade e cidadania para essa parcela da população. Não é um favor, existe uma lei que precisa ser cumprida. Nosso trabalho é sensibilizar os profissionais e a sociedade para a realidade vivida pelos transgêneros. A Prefeitura do Rio está trabalhando para aprimorar esse atendimento, respeitando cada indivíduo e aplicando as leis vigentes no âmbito municipal- explica o coordenador do CEDS-Rio, Nélio Georgini.

Aprovação da lei

A Lei Municipal 6.329, de autoria do vereador David Miranda, foi promulgada pela Câmara Municipal em 23 de março de 2018. O texto dispõe sobre o direito ao uso do nome social por travestis e transexuais na Administração Direta e Indireta no município e consolida o direito que era previsto no Decreto 33.6676/2011.

Pela lei de 2018, fica assegurado a travestis, homens e mulheres trans, o direito à escolha de utilização do nome pelo qual são reconhecidos, identificados e denominados na sociedade. O nome social é válido nos atos e procedimentos da Administração Direta e Indireta e deverá constar em destaque em todos os registros do sistema de informação, cadastro, programas, projetos, ações, serviços, fichas, requerimentos, formulários, prontuários, entre outros, fazendo-se acompanhar do nome civil, que será utilizado apenas para fins internos administrativos, quando for estritamente necessário.

Assistência Social institui Protocolo de rotina de atendimento às travestis, mulheres transexuais, homens trans e população LGBT

A Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) por meio da Subsecretaria de Políticas para a Mulher (SUBPM) em conjunto com a Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual (CEDS-Rio), institui o Protocolo de rotina de atendimento às travestis, mulheres transexuais, homens trans e população LGBT, no âmbito das unidades administrativas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura do Rio de Janeiro.

O documento foi assinado nesta terça-feira, pelo Secretário de Assistência Social, João Mendes de Jesus, pela Subsecretária de Políticas para a Mulher, Joyce Andrade Braga, e o Coordenador Especial da Diversidade Sexual, Nélio Georgini, no Palácio da Cidade, em comemoração ao Dia de Visibilidade Trans.

O Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, João Mendes de Jesus, no ato de assinatura do protocolo, destacou à importância de trabalhar em prol dos direitos de todas as pessoas. Ele ressaltou que os direitos constituídos devem sobrepor qualquer credo, religião, cor, orientação sexual ou identidade de gênero.

O protocolo (em anexo) especifica que pessoas trans e travestis tem o direito inquestionável ao uso de seu nome social, devendo ser chamada como assim se apresente, em observância aos princípios de respeito à dignidade da pessoa humana, do respeito à diversidade de gênero e do tratamento sem quaisquer preconceitos e discriminações a ser atendida nos órgãos da SMASDH; diz parte do documento, que será publicado no Diário Oficial do município.

O art. 5º do documento destaca que o servidor municipal que descumprir as disposições desta Resolução, estará sujeito às sanções administrativas previstas no âmbito da Municipalidade.

-Nós da Subsecretaria de Políticas para a Mulher, daremos visibilidade e aplicabilidade ao protocolo através de treinamentos e orientações, apresentações nos territórios, com os profissionais que irão atuar com os coordenadores, assessores, e equipe técnica do órgão- ressalta Joyce.

RESOLUÇÃO Nº XXX, DE XX DE JANEIRO DE 2019.

Institui o Protocolo de rotina de atendimento às travestis, mulheres transexuais, homens trans e população LGBT, no âmbito das unidades administrativas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura do Rio de Janeiro e dá outras providências.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 1º, inciso III, 3º, inciso IV, e 5º, I da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948;

CONSIDERANDO o teor da Declaração Conjunta da Organização das Nações Unidas – ONU, publicado em 30 de setembro de 2015;

CONSIDERANDO o disposto na Opinião Consultiva nº 24, de 24 de novembro de 2017, sobre Identidade de Gênero e Não Discriminação, da Corte Interamericana dos Direitos Humanos, documento que interpreta garantias estabelecidas pela Convenção Americana de Direitos Humanos acerca da mudança de nome e de direitos na união entre pessoas do mesmo sexo;

CONSIDERANDO a Lei nº 6.329, de 23 de março de 2018, que dispõe sobre o direito ao uso do nome social por travestis, transexuais na Administração Pública Direta e Indireta do Município do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO o Provimento nº 73/2018, do CNJ, que dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento da pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN);

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 4.275, de 01 de março de 2018, na ação julgada como procedente para dar interpretação conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da Lei nº 6.015/73 que reconhece a transgêneros a possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo;

CONSIDERANDO que a *identidade de gênero* diz respeito à forma como uma pessoa se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade, sem guardar necessária relação com o sexo atribuído no registro de nascimento;

CONSIDERANDO que o *nome social* é a designação pela qual a pessoa transexual e a travesti se identificam e são socialmente reconhecidas;

CONSIDERANDO o Relatório Final da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em 2016;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta nº 1, de 21 de setembro de 2018, que estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

CONSIDERANDO que a pessoa a ser atendida nos órgãos da SMASDH tem o direito inquestionável ao uso de seu nome social, devendo ser chamada como assim se apresente, em observância aos princípios de respeito à dignidade da pessoa humana, do respeito à diversidade de gênero e do tratamento sem quaisquer preconceitos e discriminações;

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Os servidores municipais deverão atender **às travestis, às mulheres transexuais e aos homens trans** segundo o nome social e a identidade de gênero pelo qual se identifiquem, independentemente do constante em certidão de nascimento e documento oficial de identificação.

Art. 2º - Nos registros de atendimento e cadastros na unidade administrativa, deverá ser destacado o nome social pelo qual a pessoa interessada passará a ser chamada e referida.

Parágrafo único. O nome social poderá ser alterado a qualquer tempo por solicitação da pessoa interessada.

Art. 3º - O nome civil constante na certidão de nascimento será utilizado apenas para fins administrativos, inclusive em cadastro para percepção de benefícios continuados, e não poderá ser exposto publicamente.

§ 1º - Cumprido ao atendente explicar o procedimento a ser adotado sobre o nome social da pessoa interessada.

§ 2º - Cumprido ao atendente incluir o nome social imediatamente, atualizando o cadastro na unidade administrativa, conforme solicitação da pessoa interessada.

§ 3º - Caso seja apresentado pela pessoa interessada documento de identificação averbado com alteração de prenome e gênero, cumprido ao atendente atualizar o cadastro da unidade administrativa, inclusive àqueles relacionados à percepção de benefícios continuados.

Art. 4º - A população LGBT deverá ser atendida de forma respeitosa, sem quaisquer discriminações.

Art. 5º - O servidor municipal que descumprir as disposições desta Resolução estará sujeito às sanções administrativas previstas no âmbito da Municipalidade.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.